

O Juízo de Deus é Imparcial

por

John Stott

Comentário Sobre Romanos 2:12-16

O fato de que o julgamento de Deus será justo (de acordo com o que fizemos, Romanos 2:6-8) e imparcial (entre judeus e gentios, sem favoritismo, Romanos 2:9-11) é desenvolvido por Paulo agora em relação à lei mosaica, mencionada aqui pela primeira vez e que terá um papel proeminente no resto da carta.

Judeus e gentios parecem diferir fundamentalmente um do outro no fato de que os judeus *ouvem a lei* (Romanos 2:13), possuindo-a e ouvindo a sua leitura na sinagoga todo sábado, enquanto os gentios *não têm a lei* (Romanos 2:14). Esta não lhes foi revelada nem foi dada a eles. No entanto, insiste Paulo, pode ser que haja exagero nessa diferenciação. Afinal, não existe entre eles qualquer distinção fundamental no que diz respeito ao conhecimento moral que possuem (já que as *exigências da lei estão gravadas* em todos os *corações* humanos, 15), ou ao pecado que eles cometeram (desobedecendo a lei que conheciam), ou à culpa em que incorreram, ou ao julgamento que receberão.

O versículo 21 coloca os judeus e gentios na mesma categoria de pecado de morte. Paulo faz duas colocações paralelas, ambas começando com as palavras *todo aquele que pecar*. O verbo, no entanto, está no tempo aoristo e sua tradução deveria ser "todos os que pecaram" (*hemarton*), como se lê na tradução de Almeida. Paulo está resumindo a vida de pecado deles sob a perspectiva do dia final. O argumento que ele apresenta é que todos os que pecaram *perecerão* ou *serão julgados*, indiferentemente de serem judeus ou gentios, isto é, quer tenham a lei mosaica, quer não. Todos os que pecaram *sem lei* (gentios), *sem lei também perecerão* (12a). Eles não serão julgados por um padrão que não conheceram. Perecerão em virtude do seu pecado, não por ignorarem a lei. De semelhante modo, todo aquele que pecar *sob a lei* (os judeus), *pela lei será julgado* (12b). Eles também serão julgados por um padrão que conhecem. Não haverá dois pesos e duas medidas: Deus será absolutamente justo em seu julgamento. Se pecou conhecendo a lei, ou se pecou ignorando a lei, o julgamento será de acordo com o pecado de cada um. "A base do julgamento são as suas obras; a regra do julgamento é o seu conhecimento" [\[19\]](#) e se eles viveram de acordo com tal conhecimento. *Porque não são os que ouvem a lei que são justos ao olhos de Deus; mas os que obedecem à lei, estes são declarados justos* (13). Esta é naturalmente uma afirmação teórica ou hipotética, já que nenhum ser humano chegou a cumprir totalmente a lei (cf. Romanos 3:20). Portanto não existe nenhuma possibilidade de salvação por esse caminho. Mas Paulo está escrevendo sobre

o julgamento e não sobre a salvação. Ele está enfatizando que a própria lei não dava aos judeus garantida de imunidade no julgamento, como eles pensavam, pois importante não era ter a lei, mas obedecê-la.

Agora o mesmo princípio de julgamento de acordo com o conhecimento e o desempenho de cada um é aplicado, de forma mais completa, aos gentios. Dois fatos complementares a respeito dos gentios, são auto-evidentes. O primeiro é que eles *não têm a lei* (sc. de Moisés). Isso é afirmado duas vezes no versículo 14. Em termos de vida exterior, eles não a possuem. No íntimo, porém, têm algum conhecimento dos seus padrões - este é o segundo fato. Paulo refere-se a *gentios que não têm a lei* e que, no entanto, *praticam naturalmente, instintivamente, o que a lei ordena* (14b). O que ele está fazendo não é uma declaração universal a respeito dos gentios, mas simplesmente dizendo que às vezes alguns gentios fazem uma parte do que a lei requer. Este é um fato observável e comprovável, que os antropólogos vêem e comprovam em qualquer lugar que seja.

Nem todos os seres humanos são bandidos, vilões, ladrões, adúlteros e assassinos. Pelo contrário, existem muitos que honram seus pais, reconhecem a santidade da vida humana, são fiéis ao cônjuge, praticam a honestidade, falam a verdade e se contentam com o que possuem, tal qual se requer nos últimos seis dos dez mandamentos. Mas, então, como explicar esse fenômeno paradoxal, de que, apesar de não terem a lei, eles aparentemente a conhecem? A resposta de Paulo é que eles *tornam-se lei para si mesmos*, não no sentido popular (por sinal, muito errado) de que eles podem moldar a sua própria lei, mas no sentido de que o próprio fato de serem humanos se constitui em lei para eles. E por que isso? Porque Deus, ao criá-los, os fez pessoas morais e auto-conscientes; e eles *demonstram*, pelo seu comportamento, *que as exigências da lei estão gravadas em seu corações* (15a).

Assim é que, embora não possuam a lei em suas mãos, eles têm as exigências da lei em seus corações, pois Deus as colocou ali. Isso com certeza não pode ser tomado como uma referência à promessa da nova aliança de Deus, de pôr a sua lei na mente do seu povo e escrevê-la em seus corações, [\[20\]](#) conforme Barth, Charles Cranfield e outros comentaristas sugerem; afinal, o contexto inteiro é o de juízo, não de salvação. Paulo está se referindo, não à regeneração, mas à criação, ao fato de que "a obra da lei" (no sentido literal), as suas "exigências" (NVI), as suas "normas" (ARA), "a Lei" (BLH), suas "implicações" [\[21\]](#) foram escritas nos corações de todos os seres humanos pelo Criador. O fato de Deus ter gravado a sua lei em nossos corações através da criação significa que nós temos algum conhecimento dela. Quando, ao fazer de cada um de nós uma nova criatura, Ele escreve a sua lei em nosso coração, dá-nos também amor por ela e condições para obedecê-la.

Além disso, *disto dão testemunho também as suas consciências* (especialmente através de uma voz negativa e desaprovadora quando fazem o mal), *ora acusando-os, ora defendendo-os* (15b), como num julgamento no qual interagem a promotoria e a defesa. Paulo parece estar visualizando um debate no qual estão envolvidas três partes: nossos *corações* (onde foram escritas as exigências da lei), nossas *consciências* (incitando-nos e reprovando-nos) e nossos *pensamentos* (geralmente nos acusando, mas às vezes até nos provendo com desculpas).

Esta parte do texto termina com o versículo 16. Os versículos 14-15 parecem formar um parêntese (como está na NVI). Então o versículo 16 conclui o tema do julgamento, e a NVI indica isso ao acrescentar as palavras introdutórias *Isso acontecerá*. Paulo alegou que nós não podemos escapar do juízo de Deus (1-4); que este será um julgamento justo (5-11), de acordo com as nossas obras, incluindo o alvo ou orientação fundamental de nossas vidas (o que nós "buscamos"); e que ele será imparcial no que toca a judeus e gentios (12-15). Em ambos os casos, quanto maior o nosso conhecimento moral, maior será a nossa responsabilidade moral. Agora ele apresenta mais três verdades sobre o dia do juízo, "o dia da ira de Deus" (5).

A primeiro é que o juízo de Deus abrangerá as áreas ocultas de nossa vida: Deus julgará *os segredos dos homens*. As Escrituras nos dizem, vez após vez, que Deus conhece os nossos corações. [22] Não há, portanto, a mínima possibilidade de que a justiça seja abortada no dia final, pois todos os fatos virão a público, inclusive aqueles que no presente não são conhecidos, como, por exemplo, as nossas motivações.

A segunda verdade é que o juízo de Deus irá realizar-se *mediante Jesus Cristo*. Jesus disse que o Pai lhe havia confiado "todo julgamento", [23] e ele sempre falava de si mesmo como uma figura central no dia do juízo. [24] Em Atenas, Paulo declarou que Deus tanto estabeleceu o dia como designou o juiz, [25] conforme Pedro já havia dito anteriormente a Cornélio. [26] É um grande conforto saber que o nosso juiz não será outro senão o nosso Salvador.

A terceira afirmação é que o juízo de Deus é parte integrante do evangelho. *Deus julgará os segredos dos homens*, escreve Paulo, *mediante Jesus Cristo, conforme o declara o meu evangelho* (16). Isso provavelmente significa que a boa nova da salvação brilha em todo o seu esplendor quando vista em contraste com o sombrio contexto do juízo divino. Nós barateamos o evangelho quando o retratamos apenas como algo que nos liberta da tristeza, do medo, da culpa e de outras necessidades pessoais, ao invés de apresentá-lo como uma força que nos liberta da ira vindoura. [27]

NOTAS:

[19] Hodge, pg. 53.

[20] Jr 31.33; cf. 2 Co. 3.3.

[21] Dunn, vol. 38A, p. 100.

[22] P. ex. 1 Sm 16.7; Sl 139.1ss.; Jr 17.10; Lc 16.15; Hb 4.12s.

[23] Jo 5.22,27.

[24] P. ex. Mt 7.21ss.; 25.31ss.

[25] At 17.31.

[26] At 10.42.

[27] 1 Ts 1.10.

Fonte: **STOTT, John. A Mensagem de Romanos.** Trad. Silêda e Marcos D S Steuernagel. 1ed. São Paulo: ABU Ed., 2000. 528p.; pp. 94-98.

Para saber mais: <http://www.abub.org.br/editora/livros/bibliafalahoje.htm>

www.monergismo.com

Este site da web é uma realização de

Felipe Sabino de Araújo Neto[®]

Proclamando o Evangelho Genuíno de CRISTO JESUS, que é o poder de DEUS para salvação de todo aquele que crê.

[TOPO DA PÁGINA](#)

Estamos às ordens para comentários e sugestões.

Recomendamos os sites abaixo:

[Academia Calvínica](#) / [Arquivo Spurgeon](#) / [Arthur Pink](#) / [IPCB](#) / [Solano Portela](#) / [Textos da reforma](#) / [Thirdmill](#)
[Editora Cultura Cristã](#) / [Editora Fiel](#) / [Editora Os Puritanos](#) / [Editora PES](#) / [Editora Vida Nova](#)